

ESTUDOS CULTURAIS E VALOR LITERÁRIO

Josias Vicente de Paula Júnior*

 <https://orcid.org/0000-0001-9536-4752>

Como citar este artigo: PAULA JÚNIOR, J. V. de. Estudos culturais e valor literário. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD016855>.

Submissão: 3 de março de 2024. **Aceite:** 7 de março de 2024.

Resumo: Existe uma tensão nos estudos literários da atualidade trazida a cabo pela proposta metodológica dos estudos culturais, a saber: “Teria sentido falar em valor literário?”. Sob o argumento de que a literatura não possui uma essência e de que os padrões tradicionais de julgamento crítico são elitistas, os estudos culturais apontam para uma prioridade, quando não exclusividade (mesmo que disfarçada e não declarada), do componente político como o aspecto fundamental a ser explorado nas análises. Tal pressuposto é sustentável? Expandir a representatividade do campo autoral, numa busca pela democratização, exclui a possibilidade do senso estético? Este ensaio busca discutir essas questões.

Palavras-chave: Literatura. Valor literário. Estudos culturais. Crítica literária. Literatura contemporânea.

* Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: josias.vicente@ufrpe.br

MAPEANDO O CAMPO

■ Durante várias décadas, os estudos literários nacionais poderiam ser assim esquadrihados em três grandes linhas de força: 1. a formalista, cujo traço marcante era a ênfase exclusiva na dimensão formal do artefato literário, suas estruturas e seu engenho *interno*; 2. a “conteudista”, sobretudo de inspiração marxista, cujo objetivo era ressaltar os componentes ideológicos e políticos das obras, ou seja, enfatizando aspectos *externos* à literatura; 3. e a integral, ou integradora, aquela na qual se intentava uma síntese entre as duas correntes precedentes, argumentando que, na análise mais aprofundada do texto literário, nem a forma nem a mensagem (os valores, preconceitos, ideologemas) poderiam ser preteridas.

A posição integradora era sustentada por nomes que recobriam o espectro político de uma ponta a outra: Antonio Candido (2006), um socialista, José Guilherme Merquior (2014), um liberal, e Gilberto Freyre (1955), um conservador. A força dessa postura teórica e de crítica não desautorizava, contudo, as outras posturas. Entretanto, num recorte simples e inegável, observamos retrospectivamente uma clivagem interessante, a qual, a nosso ver, possui rebatimentos em nossos dias. Tanto a postura *formalista* quanto a *integradora* exigiam um rigor estético, um cuidado e um trabalho com a linguagem e com os elementos poéticos e ficcionais que a corrente *conteudista* muitas vezes prescindia e relaxava.

A injeção política, a sempre urgente necessidade de denunciar e problematizar as mazelas sociais, as injustiças e opressões, justificou não raro o tom panfletário, pastoral, pedagógico; quando não, demagógico. E tal tonalidade sendo acompanhada, evidentemente, por desleixo formal e de composição. Pode-se dizer que se tratava de uma literatura destinada ao esquecimento, todavia contando com o beneplácito da crítica *conteudista*.

No atual contexto, das primeiras décadas do século XXI, impera um outro panorama. O formalismo puro foi há muito abandonado. A grande novidade é a tensão suscitada pela crescente força daquilo que em geral vem etiquetado como *estudos culturais*, arranjo teórico-discursivo vicário da crítica preconizadora da prioridade da mensagem política. A tensão, explico-me, emerge da rejeição (quase sempre assinalada de modo oblíquo, indireto) por parte dos estudos culturais brasileiros da crítica integradora, apontada, de uma maneira ou outra, como atividade e posição conservadora. Isto é, pela negação da pertinência de qualquer análise que se utilize de padrões legados pela própria história da literatura, padrões que passam então a ser considerados meramente excludentes e elitistas. Dá-se uma primazia a questões políticas e ideológicas, impensável em tempo passado:

Tendo isso em mente, a pertinência de uma abordagem dos estudos literários que não se detenha nos recursos formais e sim que acentue as relações que o texto pode estabelecer com a vida social parece hoje muito maior do que os socialistas sonharam (Bordini, 2006, p. 12).

Quais são as consequências da assunção de tal postulado?

UM TRANSPLANTE, OUTRAS FUNÇÕES

Antes, porém, de passar a um exame mais direto das consequências e dos desdobramentos de um retorno radicalizado à crítica da obra literária focalizada em seus elementos político-ideológicos, reflitamos sobre a origem e difusão dos *cultural studies*. Os estudos culturais nasceram na Inglaterra, na década de 1950, basicamente como resposta ao diagnóstico de dois problemas. O primeiro tem abrangência mundial, conquanto seja sentido diversamente em cada país, ou seja, a perda de espaço crescente da literatura para mídias audiovisuais; isto é, o reconhecimento da perda da centralidade da literatura no contemporâneo, deslocada da atenção das massas pelo rádio, cinema etc. Durante mais ou menos dois séculos, a literatura havia sido o principal lócus simbólico, no mundo britânico, de uma educação da sensibilidade, dos processos de subjetivação e configuração moral.

O segundo problema dizia respeito à sociedade inglesa. Tratava-se da constatação de que a cultura, da forma como era concebida, era monopólio da classe burguesa; os “homens cultos” dominavam a produção, circulação e interpretação dos artefatos simbólicos carregados de significação social. Sob a ideia de uma cisão entre alta e baixa cultura, restava às classes populares o reconhecimento de serem autoras de manifestações de segunda categoria.

Logo, diante dessa percepção urgia uma remodelação da imaginação cultural, a reproposição de novas relações entre manifestações artístico-culturais, implicada aí a literatura, e uma nova agenda de pesquisa e elaboração explicativa. Assim: “Estudar as práticas culturais da grande massa da população abaixo da classe média: isto era a proposta no início dos estudos culturais na Grã-Bretanha” (Eggensperger, 2010, p. 55).

Por que vale a pena relembrar o que estava envolvido no surgimento dos estudos culturais? Para chamar a atenção para diferenças importantes concernentes às realidades históricas brasileira e britânica; diferenças que, a nosso ver, deveriam pesar sobre a opção de vários atores do campo literário, mais especificamente aqueles vinculados à crítica e à pesquisa, de rebaixamento da relevância literária.

Na Grã-Bretanha, semelhantemente à França, o advento da cultura de massas chocou-se com a forte configuração simbólica da existência de uma elite que buscava a distinção no sentido que a pinta o sociólogo Pierre Bourdieu (2011), ou seja, na fruição de manifestações culturais e artísticas diversas daquelas consumidas pela classe operária. Assim, a elite econômica reforçava sua proeminência social e política por meio de uma hierarquização dos gostos. Haveria aquilo digno de pessoas cultas fluírem no domínio estético e artístico, e aquilo considerado destinado para “o povão”. Músicas, teatro, romances, poesias serviam como índices de distinção, não menos que o automóvel, as roupas, certos *hobbies* etc. É nesse ambiente que o gesto de autores como Raymond Williams – talvez o mais importante fundador dos estudos culturais – ganha de fato clareza.

A atitude política foi alargar a compreensão daquilo que se entende por cultura. *Cultura e sociedade*, o mais conhecido e lido dos livros de Williams, comportou um diálogo crítico com T. S. Eliot, sobretudo seu livro *Notes towards the definition of culture*. Como bem apontado por Maria Elisa Cevasco (2001, p. 134): “Nesse aspecto Williams retém a posição de Eliot e inverte sua avaliação: estender a cultura significa mudança, que Eliot vê como negativa”.

Os desdobramentos dos *cultural studies* foram os estudos que buscaram lançar luz sobre as produções pelas quais as pessoas se interessavam, seja porque faziam, seja porque gostassem. Inevitavelmente a atenção se deslocou para áreas como cinema, música *pop* e TV. Na esfera cultural produzida por muitos e consumida por milhões, dava-se o palco para os embates dos valores políticos, morais; para os tensionamentos para uma reforma radical da vida, uma vez que muitos dos proponentes dos estudos culturais eram adeptos do marxismo. Não é que a literatura tenha deixado de ser investigada, porém seu lugar de destaque, repitamos, incontestável como nódulo fundamental de cultura que durara mais de século, ruíra. Um exemplo de livro dedicado ao tema é o *The uses of literacy*, de Richard Hoggart (1998), tido como um dos três fundadores dos estudos culturais, ao lado do já citado Williams e de E. P. Thompson.

Num certo sentido, não resta dúvida, os estudos culturais no contexto britânico anteciparam em poucos anos o que no Brasil estourou como o tropicalismo. Tinha-se em mente uma perspectiva nem pessimista nem complacente com a cultura de massas. Por fim, o objetivo era exercer um papel político-pedagógico começando “sempre onde as pessoas estão” (Grossberg, 2009, p. 40), ofertando instrumentais críticos para lidar com a indústria de cultura, disputando todas as práticas sociais significantes, mesmo as mais populares.

A realidade no Brasil, contudo, foi, era e é bem diferente. Enquanto uma das justificativas na Grã-Bretanha para a necessidade de criação de uma nova área acadêmica – estudos culturais –, com seus novos centros e departamentos universitários, foi a “inferioridade” da sociologia local (Milner, 1994), aqui no Brasil os estudos de mídia, publicidade, indústria cultural etc. foram logos assumidos pela sociologia e pela área de comunicação. Ou seja, não houve a necessidade de a crítica literária encampar tais temáticas. A noção de cultura foi ampla e sistematicamente pesquisada e escrutinada pelas ciências sociais, com numerosos estudos sobre TV, cinema, rádio, jornais etc.

Outro ponto essencial: a distinção, no sentido de Bourdieu, no Brasil se deu sempre de maneira agudamente diversa que em países como Inglaterra e França. Por uma série de aspectos ligados ao nosso processo histórico, a literatura em solo brasileiro, por exemplo, nunca cumpriu o papel que lhe coube alhures. O analfabetismo, evidentemente, foi um dos principais fatores. Em 1890, quando já assomavam no universo das letras nomes como Gonçalves Dias, Alencar, Machado de Assis, entre outros, 82,6% da população era tida por analfabeta. Em 1940, após a primeira fase modernista e os lançamentos dos romances na década de 1930, 56%.

Mas não para aí. O Brasil sempre foi um país de poucos leitores. Mesmo aqueles que podiam consumir literatura, pelo simples fato de saberem ler, não lidavam com o literário com a assiduidade e o zelo próprios daqueles que almejam utilizar a literatura como um índice efetivo de distinção. A música popular sempre foi, entre nós, a manifestação cultural mais forte. E, se é verdade que, por exemplo, quando a convite do presidente Hermes da Fonseca músicos populares tocaram no Catete (entre eles Catulo da Paixão Cearense) e a primeira-dama tocou ao piano o “Corta-jaca” de Chiquinha Gonzaga, houve alguma chiadeira entre parcela da elite, indignada pela invasão de música bárbara no palácio presidencial, é verdade que tal resistência foi passageira, durando até a década de 1930.

O advento da era do rádio fez explodir a potência da música. Nomes como Carmen Miranda, Sílvio Caldas, Orlando Silva, Luiz Gonzaga, Emilinha Borba

sempre foram consumidos por todas as classes sociais. Intelectuais “sérios” desde o começo quiseram participar da composição musical, casos de Manuel Bandeira e Vinicius de Moraes. Não se quer dizer com isso que não houve tentativas de distinção por meio da música. Houve, sim. Aqueles, mais “refinados”, que apreciam a MPB de Tom Jobim, Chico Buarque, Caetano Veloso etc., opostos aos meros consumidores de “brega”. Todavia, esse público refinado, que se constitui basicamente do extrato universitário, com formação universitária, mesmo ele não necessariamente é um público leitor de literatura e, sobretudo, não deixa de consumir diversos produtos do entretenimento massivo: sejam as telenovelas, sejam os sucessos musicais “para todos”.

UMA TORÇÃO, UM LIVRO EMBLEMÁTICO

Logo, o que parece ter acontecido com os estudos culturais no Brasil, à medida que eles foram sendo incorporados nos estudos literários com mais força, foi uma adaptação do impulso inicial, respondendo a um contexto determinado, do movimento britânico, à situação brasileira. Por exemplo: como, efetivamente, a experiência literária (o consumo, sua exteriorização sinalizadora de superioridade no cotidiano) não demarcava um traço forte de distinção social em nosso país, a preocupação com o “elitismo” se voltou secamente para o fazer literário *tout court*. A própria prática e arte literária, como tal, passou a ser encarada, mais ou menos explicitamente, como uma prática ou arte excludente.

É sempre bom deixar claro que aquilo que vem sob a rubrica de estudos culturais é heterogêneo. Existem linhas mais específicas, que se voltam, por exemplo, para os estudos feministas, ou pós-coloniais, ou *queer*, assim como adeptos que primam por uma discussão mais geral, metodológica. Não obstante, há um denominador comum – caso contrário, um ensaio como este seria impossível: o primado da política sobre considerações.

Dentro da diversidade existente nos estudos culturais, um livro ganhou destaque, uma obra que obteve bastante repercussão e que, inegavelmente, tem como característica a clareza de sua proposta. Trata-se de *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, escrito pela professora e pesquisadora Regina Dalcastagnè (2012), que logra dar organicidade a uma das principais reivindicações dos estudos culturais no Brasil voltados para a literatura, a questão da representatividade. Oferecendo dados quantitativos sobre autoria, premiações etc., a autora visa não apenas denunciar um perfil de autoria dominante – homem, branco, classe média, dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo – expondo a ausência de representação na literatura nacional, assim como busca elaborar um raciocínio acerca da perda, daquilo que se perde em perspectiva (poderíamos dizer, aquilo que se perde em experiência) quando várias categorias sociais, tais como as mulheres, os negros, os pobres nortistas etc., são sub-representadas ou simplesmente não representadas (Dalcastagnè, 2012).

Em outros termos, discute-se a democratização do espaço literário, não somente naquilo que concerne à produção e publicação, mas também “nos espaços de consagração”, algo um tanto vasto que inclui desde a inserção de novos atores nos currículos educacionais, passando pela atenção a novas vozes e autorias nas pesquisas acadêmicas, até o reconhecimento pelos grandes festivais e prêmios literários.

É difícil imaginar alguém que se oponha a isso. Alguém que se oponha à possibilidade de o campo literário ser ocupado por talentos de origens e identidades múltiplas. É excitante pensar numa produção brasileira energizada e vivificada com a pluralidade, autores jovens e maduros, das múltiplas identificações de gênero, das várias camadas sociais, dos diferentes pertencimentos étnicos, pessoas escrevendo e publicando do maior número de cidades possíveis deste país continental que é o Brasil. Mas o argumento da autora não trilha essa senda. Ela enxerga adversários a ela que se obstinam a não alargar a representatividade. Gente que se sente ofendida pela invasão de “outros” no sistema: “Daí os ruídos e o desconforto causados pela presença de novas vozes, vozes ‘não autorizadas’” (Dalcastagnè, 2012, p. 6).

Todavia, e este é ponto central da discussão, o referido desconforto não viria pela mera expansão da representatividade. E na sequência do argumento chegamos àquilo que de fato tensiona os estudos literários na atualidade: a questão da especificidade do discurso literário e a possibilidade de judicação para além de argumentos políticos. O incômodo dos “conservadores” se dá ainda

[...] pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de discurso, e das questões éticas suscitadas por esta especificidade (Dalcastagnè, 2012, p. 6-7).

E aqui chegamos ao cerne da encruzilhada. Defender ou abandonar a possibilidade de sustentar o valor literário como alguma coisa que goze de certa autonomia. Dalcastagnè (2012), a despeito de analisar outros autores, utiliza-se da obra de Maria Carolina de Jesus como fio condutor de sua análise e reflexão. Em seguida, a autora se queixa de que, “Em suma, para acolhermos um autor/uma autora dissonante, temos de fazer um investimento –, o que tem seus custos” (Dalcastagnè, 2012, p. 13). Trata-se de uma estranha queixa, visto que é um acontecimento inevitável em qualquer área de conhecimento. A introdução do novo requer uma justificação. Uma nova escritora, ou escritor, ainda desconhecida(o), pode vir a se tornar canônica(o), contudo, antes disso, o trabalho de pavimentação interpretativa (realizado sobretudo pela crítica literária) tem que ser feito.

Por fim, citemos uma vez mais a pesquisadora carioca:

[...] é preciso decidir por dois caminhos: podemos desconsiderar o julgamento de valor estético sobre a obra e analisá-la a partir de sua especificidade, sem hierarquizá-la dentro de códigos ou convenções dominantes, ou, ao contrário, usar as convenções estéticas mais arraigadas no campo literário para referendar essa obra dissonante, mostrando que ela poderia, sim, fazer parte do conjunto de produções culturais e artísticas consagradas na sociedade, desde que olhada sem preconceito (Dalcastagnè, 2012, p. 14-15).

Dalcastagnè (2012) reconhece que os dois caminhos são legítimos. Entretanto, brota aqui novamente uma outra estranheza. O segundo caminho é dito como penoso. Gasta-se tempo para provar que tal obra... é literatural!

A necessidade de justificar a qualidade estética da obra também pode ser um empecilho para incluí-la em uma discussão mais geral sobre aspectos considerados relevantes para serem analisados: a elaboração do espaço em diferentes

narrativas, a construção do tempo, do narrador, das personagens etc. *Parar a discussão, para justificar a presença de um ou outro autor, é contraproducente* (Dalcastagnè, 2012, p. 16, grifos nossos).

Logo, resta clara a natureza real, embora eludida aqui e ali, daquilo que a autora efetivamente defende. Por motivos literários e extraliterários, os padrões tradicionais (estes não são expostos e destrinchados) são elitistas, excludentes, eticamente questionáveis, o que leva à tarefa política de borrar, rasurar ou mesmo implodir as fronteiras e demarcações do que venha a ser literatura. Em suma, a existência mesmo de uma prática, a literatura, é questionada. Em troca, diz-se, de uma suposta virtude literária, ganharíamos em “autenticidade” e “perspectivas”, já que, segundo essa abordagem, ninguém fala pelo outro, pressuposto que implica uma assimilação completa entre discurso político e discurso literário.

POR QUE UMA COISA OU OUTRA?

Creio que a pergunta que nos deveria mover seria: “Por que pôr como possibilidades mutuamente excludentes a representatividade e o valor literário?”. O que está por trás da suposição de que, para incluir segmentos historicamente menos presentes na literatura – negros, pobres e mulheres etc. –, devemos abrir mão do juízo estético? Ora, os estudos de poesia popular têm exemplos notáveis a nos oferecer quanto a isso. Na Região Nordeste, há um respeito contínuo e duradouro pelas qualidades, estéticas e poéticas, pelos cantadores e poetas sertanejos. Admiração e respeito que não nascem de condescendência ou da complacência, mas da qualidade intrínseca às obras. Que se fale de um Cancão, de um Patativa do Assaré, entre outros. Se há algum defeito ou alguma incapacidade na crítica por parte de alguns críticos, que a disputa seja feita nesse terreno, não na liquidação do objeto, da literatura.

De quebra, podemos convocar aqui uma analogia com outra arte, a música. Esquecendo a dimensão estritamente musical (melodia, ritmo, harmonia, timbre) e fixando-nos no aspecto das letras, temos que nomes como Cartola, Nelson Cavaquinho, Ivone Lara e Luiz Gonzaga, apenas para ilustrar com alguns exemplos, ícones nacionais cultuados pela sua força poética e inventiva, são todos oriundos dos setores marginalizados da sociedade. Será que brasileiros nascidos em condições sociais desfavoráveis são capazes de se tornar letristas exemplares, mas incapazes de se tornar romancistas, romancistas e poetas? Será que, para honrá-los, devemos fazer concessões? Não há já mérito suficiente neles próprios, méritos que podem ser descobertos pela crítica?

A literatura, sabemos pelo menos há um século, não tem essência (Perrone-Moisés, 2016, p. 33). É na temporalidade que as noções e convenções vão sendo recriadas. E é justamente a temporalidade que nos certifica de que, mesmo sem conseguirmos exprimir em definição única, transparente e definitiva o que é literatura, ainda assim os séculos não nos impedem – fazendo erodir qualquer mínimo traço de reconhecimento do contexto originário da elaboração dos textos – a fruição de obras como o *Cântico dos cânticos*, a *Iliada* ou *As mil e uma noites*. Não percebemos tais obras como os antigos hebreus, gregos ou árabes, óbvio. Contudo, é essa sobrevivência temporal que nos alerta para a riqueza do literário, para sua enorme capacidade de *partilha do sensível* (Rancière, 2009).

Como exprimiui de maneira profunda a crítica argentina:

A literatura é valiosa não porque todos os textos sejam iguais e possam ser explicados culturalmente. Mas, ao contrário, porque eles são diferentes e resistem a interpretações socioculturais ilimitadas. Algo sempre permanece quando explicamos socialmente os textos literários, e esse algo é crucial. Não é uma essência inexprimível, mas uma resistência, a força de um significado que permanece e varia com o tempo. Em outras palavras: homens e mulheres são iguais; os textos não são. A igualdade das pessoas é um pressuposto necessário (é a base conceitual do liberalismo democrático). A igualdade dos textos equivale à supressão das qualidades que os tornam valiosos (Sarlo, 1997, p. 35).

Beatriz Sarlo (1997) toca e aponta, com rara sutileza, para o que circunscreve o valor literário, assim como explicita a irredutibilidade da literatura às interpretações sociopolítico-culturais. É exatamente naquilo que escapa, que resiste a tais torniquetes, que aflora o que lhe é mais próprio.

DUAS BREVES PALAVRAS

Como Roland Barthes (2019, p. 51, grifo nosso) afirmou: “a literatura não é uma graça, é o corpo dos projetos e das decisões que levam um homem a se realizar (isto é, de certo modo, a se essencializar) somente na palavra: *é escritor aquele que quer ser*”. Isso posto, deveríamos fazer a seguinte reflexão. Imagine-mos, num exercício, que o problema da representatividade esteja resolvido. Não há preconceitos, todos têm seu espaço na república das letras. O que faria a crítica literária? Duas opções: ou desapareceria, pela convicção de que cada texto e obra valem por si sós e não devem padecer de avaliação ou julgamento; ou permaneceria, sendo para tal necessário erigir critérios para eleger uma obra, e não outra, como aquela que se beneficiaria do olhar crítico de outrem. Resumindo: não existe crítica sem critério. E não existe atividade humana alguma impermeável e fechada à crítica. Imaginemos, repito, tal contexto já sugerido, e chamemos a reivindicação por representatividade como *transgressão*. Então, escutemos Nestor García Canclini (p. 2012, p. 25): “As transgressões supõem a existência de estruturas que oprimem e de narrativas que as justificam [...] O que acontece quando se esgotam?”.

Por fim, cabe não se esquecer da maravilhosa formulação de Susan Sontag (2012). Se ampliarmos nosso olhar e procurarmos compreender certas pressões que se exercem hoje sobre a literatura, a partir de um nexos mais vasto, com deslinde das tramas mais sutis de nossa atual configuração cultural, ideológica e política (algo que os estudos culturais pretenderam desde sempre, embora tropeçando em certos dogmas teóricos, logo descurando de momentos fundamentais para o entendimento do contemporâneo), chegaremos a uma conclusão que se impõe: o mais forte cabresto de nosso tempo se dá pela ardilosa e potente tentativa de nos submeter ao que chamarei aqui de *conformismo realista*.

Em qualquer dos domínios sociais – econômico, político ou artístico –, está vedada a possibilidade de sustentar idealizações de transcendência, de um querer algo melhor, mais aperfeiçoado. Na política tal injunção é um desdobramento da inexistência de um concorrente desafiador ao capitalismo. Temos uma quadra que convida ao conformismo, ou, nas palavras de Sontag (2012, p. 397-398), experienciamos um período de *reação*:

Nas artes ele assume a forma de uma reação intimidadora contra as grandes obras modernistas, tidas como difíceis demais, exigentes demais com o público, inacessíveis (ou “não amigáveis”). E na política, ele assume a forma de uma rejeição de qualquer tentativa de avaliar a vida pública pelo que é desdenhado como meros ideais.

E arremata:

Hoje, a maior ofensa de todas, tanto na arte como na cultura em geral, para não falar da vida política, é dar a impressão de defender algo melhor, um padrão mais exigente, que é atacado, tanto pela esquerda como pela direita, como ingênuo ou como “elitista” (uma nova bandeira dos filisteus) (Sontag, 2012, p. 398).

Souo o alerta para o caráter conservador da busca incessante da “autenticidade” realista. Pensemos nisso.

CULTURAL STUDIES AND LITERARY VALUE

Abstract: There is a tension in current literary studies brought about by the methodological proposal of cultural studies, namely: “Does it make sense to talk about literary value?”. Under the argument that literature does not have an essence and that traditional standards of critical judgment are elitist, cultural studies point to a priority, if not exclusivity (even if disguised and undeclared) of the political component as the fundamental aspect to be explored in analyses. Is this assumption sustainable? Does expanding the representativeness of the authorial field, in a quest for democratization, exclude the possibility of an aesthetic sense? This essay seeks to discuss these questions.

Keywords: Literature. Literary value. Cultural studies. Literary criticism. Contemporary literature.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- BORDINI, M. G. Estudos culturais e estudos literários. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, set. 2006.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CANCLINI, N. G. *A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo: Edusp, 2012.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CEVASCO, M. E. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DALCASTAGNÈ, R. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte; Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.
- EGGENSPERGER, K. Estudos culturais e literatura. *Revista X*, Curitiba, v. 2, p. 51-70, 2010.
- FREYRE, G. *Reinterpretando José de Alencar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955. (Os cadernos de cultura).

- GROSSBERG, L. Cultural studies – what’s in a name (one more time). In: HAMMER, R.; KELLNER, D. *Media/cultural studies: critical approaches*. New York: Peter Lang, 2009. p. 25-48.
- HOGGART, R. *The uses of literacy*. London: Routledge, 1998.
- MERQUIOR, J. G. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- MILNER, A. *Contemporary cultural theory: an introduction*. London: UCL Press, 1994.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SARLO, B. Los estudios y la crítica literaria en la encrucijada valorativa. *Revista de Crítica Cultural*, Buenos Aires, n. 15, p. 32-38, 1997.
- SONTAG, S. *Ao mesmo tempo: ensaios e discursos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.